

Visões sobre patrimônio histórico em Ponta Grossa: olhar de jovens do ensino médio e discurso oficial

Juliana Pegoraro Kus (UEPG)

Analisando o patrimônio cultural como elemento para a formação da memória coletiva, este trabalho se refere ao projeto que está sendo desenvolvido para o curso de Especialização em História, Arte e Cultura, ofertado na modalidade à distância pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Nosso principal objetivo é promover um diálogo entre o posicionamento apresentado em documentos oficiais que tratam sobre a preservação do patrimônio em Ponta Grossa – PR e a visão de adolescentes estudantes do Ensino Médio de colégios públicos da cidade. Para isto, os dados estão sendo coletados através de entrevistas semi-estruturadas a jovens que, durante seu tempo de lazer no período de contra turno escolar, freqüentam o Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, especificamente a Estação Saudade (prédio tombado pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico do Paraná). Esperamos, assim, compreender se o discurso oficial se efetiva na prática dos estudantes e de que forma isto ocorre.

O impulso inicial para a elaboração deste projeto é fruto da falta de conservação e cuidado com a estrutura física do prédio onde as entrevistas serão feitas. Até o ano de 2012 o espaço em questão abrigava a Biblioteca Pública Municipal de Ponta Grossa. A Prefeitura zelava, portanto, por sua boa conservação, pois era um espaço freqüentado principalmente por estudantes do Ensino Básico. Após a mudança da Biblioteca para outro local, no final de 2012, o prédio da Estação Saudade ficou sem utilização por parte da Prefeitura. As figuras 1 e 2 expõe alguns sinais de vandalismo em suas paredes e janelas. Estas fotografias foram tiradas no mês de julho do ano de 2013.

Figura 1 – Paredes danificadas com sinais de vandalismo



Fonte: acervo pessoal

Figura 2 – Janela com vidro quebrado



Fonte: acervo pessoal

Diante deste pequeno histórico do prédio, é possível perceber que apesar de ter sido de grande importância para o município de Ponta Grossa, para além do âmbito econômico, este prédio hoje não desperta o desejo de preservação nos jovens. Numa rápida observação em dias de semana, vemos facilmente que a maioria das pessoas que passam a tarde no local são jovens, alguns até com

uniformes de escolas públicas e particulares de Ponta Grossa, que entre outras atividades, andam de skate na antiga plataforma de embarque.

A partir desta constatação, quase instantaneamente surgem questões: sendo parte da história da cidade e reconhecido por isso, por que a população não se preocupa em utilizar o local com o cuidado que qualquer prédio tombado necessita? Por que o poder público não toma atitudes no sentido de conscientizar os usuários do local quanto à importância histórica dos prédios?

Estamos nos deparando com certa falta de consciência sobre preservação do patrimônio histórico na cidade de Ponta Grossa. Este é um problema que perpassa diversos setores da sociedade em diferentes níveis de intensidade, visto que fazemos parte de grupos distintos que simultaneamente ocupa o mesmo espaço.

A crise de identidade do sujeito contemporâneo pode ser considerada como um dos fatores que contribui para mudança nas formas que o indivíduo interage com seus grupos. Stuart Hall considera que a pós-modernidade possibilita às pessoas se adaptarem a múltiplas identidades, por vezes até contraditórias¹. Na seqüência de sua argumentação, Hall define também que o período em que vivemos é marcado pelo caráter de mudança constante, impulsionada pelo fenômeno da globalização. Esta instabilidade ajuda a dificultar a identificação com características culturais que em períodos anteriores, como o Iluminismo, por exemplo, eram facilmente assimiladas. Isto pode causar certo estranhamento do indivíduo em relação aos componentes de sua cultura. Além disso, o sujeito da pós-modernidade é caracterizado também pela possibilidade de adquirir mais de uma identidade, dependendo da situação em que se coloca. Por vezes estas identidades chegam a ser contraditórias, contudo sem causar no sujeito uma reflexão momentânea sobre como está se portando de maneiras tão diferentes.

Neste sentido, a questão da identificação com o patrimônio cultural vem de encontro com a crise que o sujeito pós-moderno enfrenta cotidianamente, mesmo sem perceber. Com a fragmentação de identidade, o processo de formação da memória coletiva fica ainda mais complexo de ser entendido. Para iniciar esta reflexão, é necessário considerar que é a memória coletiva que atribui (ou não) valor simbólico à diversidade de bens que forma o patrimônio material de cada comunidade².

Segundo Michael Pollak, a formação da memória individual ou coletiva está repleta de disputas políticas, sociais etc.³ Um dos elementos que ajudam a formar a memória coletiva é justamente o patrimônio cultural, que dá referência ao indivíduo da trajetória que o grupo no qual está inserido trilhou para chegar ao que está posto atualmente. Neste sentido, Monastirsky e Rocha⁴ expõe o patrimônio cultural como forma de identificação das pessoas ao local ao qual pertencem, entendendo que

patrimônio cultural são testemunhos de experiências vividas, coletivamente ou individualmente, as quais, além de servir ao conhecimento do passado, permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fortalecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva. (MONASTIRSKY; ROCHA; 2008)

Assim, a preservação e divulgação do patrimônio cultural estão intimamente ligadas à formação da memória coletiva, já que representa parte do passado do grupo. Uma das expressões do patrimônio cultural mais facilmente identificável é o patrimônio arquitetônico, que por sua natureza possui grandes dimensões, se comparado, por exemplo, a documentos impressos ou objetos de uso cotidiano. Isto garante sua fácil observação, principalmente quando se trata de prédios que não possuem grandes construções em seu entorno.

No caso da cidade de Ponta Grossa – PR há dois prédios tombados pela Coordenadoria do Patrimônio Estadual que chamam a atenção por sua importância desde a época da construção: duas estações de trem situadas no centro da cidade, uma construída no final do século XIX e outra logo no início do século XX. As características visuais do Complexo Ambiental, onde estão as construções, formam um amplo espaço, que antes abrigava o pátio de manobras da empresa que administrava as ferrovias.

A construção do Complexo Ambiental atravessou três gestões municipais, que tinham projetos e direcionamentos políticos diferentes, por vezes antagônicos⁵. Isto fez com que o projeto sofresse diversas modificações até a inauguração, que aconteceu em 1996. Porém, o objetivo de mostrar o “desenvolvimento” e a “modernização” da cidade esteve presente desde o início.

Hoje em dia, as duas edificações encontram-se com diversas avarias, advindas da ação do tempo e também causadas pelas pessoas que se utilizam de tais espaços. Principalmente a construção mais nova, “Estação Roxo de Rodrigues” chamada popularmente de “Estação Saudade”, apresenta inúmeras intervenções em suas paredes externas, feitas com spray, canetas e corretivo escolar. Sendo de tão grande importância para a cidade, é intrigante a falta de cuidados que a população dispensa ao prédio.

Estudar patrimônio histórico requer um grande esforço para não confundir o objeto de estudo com o empenho em preservá-lo. Logicamente, uma coisa está ligada à outra, visto que analisando os problemas que podem ser observados a partir das fontes quase automaticamente surge o intuito de defender o ponto de vista da preservação. Além disso, nasce também a intenção de tornar o estudo uma ferramenta para contribuir na desmistificação do patrimônio como algo estático, finito, que não tem ligações com a dinâmica da sociedade pós-moderna.

Neste sentido, Kersten apresenta um pequeno panorama da trajetória percorrida pelas políticas públicas de preservação no Brasil⁶, a fim de demonstrar como se deu o processo de preservação no Paraná. A autora destaca o forte caráter intervencionista e disciplinador do Estado brasileiro desde as primeiras iniciativas para se definir políticas públicas referentes à área cultural, que podem ser percebidos até hoje. No Paraná, a maioria dos bens tombados tem relação com os ciclos econômicos e os movimentos de imigração, com pouca representatividade para os demais grupos que formaram a população da região.

Na cidade de Ponta Grossa, foi criado pela Lei nº 6183 de 23 de junho de 1999 o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), com objetivo de ser responsável pelo tombamento dos bens materiais que constituem o seu patrimônio natural e cultural⁷. Recentemente foi tombada a antiga sede do Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, formado na década de 1920 por ex-escravos e descendentes⁸. Nota-se, neste caso, uma preocupação com a preservação da cultura de grupos que antes não possuíam representatividade nos processos oficiais de tombamento.

Em contrapartida, inúmeros outros prédios com grande relevância na história de Ponta Grossa não recebem a devida atenção. É o caso do prédio onde ficava o

Cine Império, importante local de lazer durante muitos anos do século XX. Após anos de debate sobre sua condição estrutural e diversas discussões na mídia impressa da cidade, o COMPAC decidiu deixar o prédio fora da lista de tombamento⁹.

A população de Ponta Grossa assiste à guerra de interesses imobiliários que muitas vezes acaba com parte do patrimônio urbano, deixando destruir prédios com grande importância histórica. Não há como separar as ações dos responsáveis pelos tombamentos do posicionamento de grande parte da população. Se não há interesse público, torna-se cada vez mais difícil proceder com a preservação.

Pretendemos analisar como os jovens percebem o patrimônio edificado da cidade, representado pelas antigas estações de trem que são tombadas pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná e também pelo poder municipal. Através do posicionamento dos jovens, poderemos perceber se esta parcela da população está se posicionando quando à preservação deste patrimônio e como ela procede.

As entrevistas através de questionário com questões objetivas aplicados a jovens serão analisadas e comparadas aos documentos oficiais da Prefeitura de Ponta Grossa que contém determinações sobre o Patrimônio Histórico urbano. Para as entrevistas será utilizado o método de entrevistas semi-estruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas. Assim, os entrevistados terão oportunidade de responder objetivamente sobre perguntas específicas, referentes ao conhecimento que possuem sobre questões referentes ao Patrimônio. Também poderão expressar opiniões através de uma pergunta aberta, que se restringe a sugestões sobre usos futuros para o prédio. Utilizaremos como base o texto "Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais", de Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma¹⁰. Esperamos chegar a uma quantidade de, no mínimo, 50 entrevistas para serem contrapostas com o discurso oficial presente na Lei nº 6183/99 e analisar como este discurso se efetiva com o público escolar.

¹ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 9.

- ² CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002. p. 30.
- ³ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ⁴ MONASTIRSKY, Leonel Brizolla; ROCHA, Ana Rita Pinto. A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (1): 145-154, jan./jun., 2008.
- ⁵ BARRETO, Adriano Albuquerque; BARROS Solange de Moraes, OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. A praça enquanto espaço destinado ao lazer de adolescentes. In II Seminário Nacional de Sociologia e Política, UFPR, 2010, Anais. Acessado em 07 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT15/Adriano%20Albuquerque%20Barreto%20e%20Solange%20de%20Moraes%20Barros%20e%20Constantino%20Ribeiro%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>
- ⁶ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais de tombamento e a escrita da História. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 16 – 22.
- ⁷ PONTA GROSSA. Lei nº 6183 de 23 de junho de 1999. Câmara Municipal de Ponta Grossa, 1999. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/415117/lei-6183-99-ponta-grossa-pr>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.
- ⁸ Clube Literário e Recreativo 13 De Maio. Disponível em <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/13322>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.
- ⁹ PETROSKI, Daniel. Império fica fora da lista de tombamento. Disponível em <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,27884,05,12,imperio-fica-fora-da-lista-de-tombamento.shtml>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.
- ¹⁰ BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Adriano Albuquerque; BARROS Solange de Moraes, OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. A praça enquanto espaço destinado ao lazer de adolescentes. In II Seminário Nacional de Sociologia e Política, UFPR, 2010, Anais. Acessado em 07 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT15/Adriano%20Albuquerque%20Barreto%20e%20Solange%20de%20Moraes%20Barros%20e%20Constantino%20Ribeiro%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.

CHAVES, Niltonci. Batista. A cidade civilizada: representações e discursos no jornal Diário dos Campos na década e 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CIÊNCIAS humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 3)

Clube Literário e Recreativo 13 De Maio. Disponível em <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/13322>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.

COSTA, Adriana Schwindt da. Patrimônio Histórico e Cultural em territórios urbanos: um estudo acerca do conjunto edificado da área central da cidade de io Pardo (RS). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006. (Dissertação de Mestrado).

FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: ed. Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais de tombamento e a escrita da História. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê; HAHN, Fábio André (organizadores). Educação, identidades e patrimônio. Assis: Triunfal Gráfica e Editora: Fecilcam, 2012.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla; ROCHA, Ana Rita Pinto. A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (1): 145-154 , jan./jun., 2008.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Espirais do tempo : bens tombados do Paraná. Curitiba : Secretaria do Estado da Cultura, 2006.

PETROSKI, Daniel. Império fica fora da lista de tombamento. Disponível em <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,27884,05,12,imperio-fica-fora-da-lista-de-tombamento.shtml>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O espetáculo da rua. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONTA GROSSA. Lei nº 6183 de 23 de junho de 1999. Câmara Municipal de Ponta Grossa, 1999. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/415117/lei-6183-99-ponta-grossa-pr>>. Acessado em 07 de dezembro de 2012.

PONTA GROSSA. Plano diretor participativo município de Ponta Grossa. Câmara Municipal de Ponta Grossa, 2006. Disponível em: <<http://www.pg.pr.gov.br/planodiretor>>.

SALDANHA, N. O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.